



600
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0022606-6/

Embargante: José Júlio do Rego Neto

Embargado: Lindinalva Alves de Lima

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. AÇÃO QUE VISA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. O acórdão embargado orientou-se no sentido de reconhecer a ilegalidade do ato praticado pela Câmara Municipal de Ipojuca, na pessoa de seu Presidente, ora embargante, consubstanciado na aprovação do Projeto de Lei nº 021/91, oriundo do Poder Executivo Municipal, em violação ao art. 25, §2º, da Lei Orgânica do Município de Ipojuca, que abriu crédito especial em favor da Câmara Municipal de Ipojuca no valor de Cr\$ 10.737.334,00 (dez milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros) para beneficiar as pessoas do Vereador Sr. José Apolônio de Oliveira e do Presidente da Câmara à época, Sr. José Julio do Rego Neto.
2. Não houve a alegada prescrição, primeiro porque a Ação Popular foi instaurada em fevereiro de 1992, e o ato questionado (aprovação do Projeto de Lei nº 021/91) data de 1991, apenas um ano antes da interposição da Ação; e segundo porque a Constituição Federal prevê que a pretensão de ressarcimento por prejuízo causado ao Erário é imprescritível (art. 37, §5º).
3. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça consubstanciam este entendimento, não merecendo, portanto, qualquer reforma a decisão embargada, pois nela não há qualquer omissão, obscuridade e contradição.
4. O embargante argumentou que os valores repassados foram recebidos pela Câmara Municipal de boa-fé, não podendo ela ser obrigada a devolvê-los. Ocorre que foi dado provimento ao Apelo da Câmara Municipal para excluir a condenação a ela imposta pelo juízo de 1º grau, de modo que não há valor algum a ser por ela restituído. A obrigação de devolver o valor de Cr\$

ESM



601
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

10.737.334,00 (dez milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros) aos cofres Municipais cabe aos Srs. José Júlio do Rego Neto e José Apolônio de Oliveira, que foram diretamente beneficiados pelo repasse realizado, burlando a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e eles, comprovadamente, sabiam da ilegalidade que contaminava a aprovação da Lei, não podendo, portanto, serem beneficiados da própria torpeza.

5. Embargos rejeitados por decisão unânime. /

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0022606-6, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

P. R. I.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



602
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0022606-6

Embargante: José Júlio do Rego Neto

Embargado: Lindinalva Alves de Lima

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por José Júlio do Rego Neto em face de acórdão que deu parcial provimento ao seu Apelo, por reconhecer a ilegalidade do ato praticado pela Câmara Municipal de Ipojuca, na pessoa de seu Presidente, ora embargante, consubstanciado na aprovação do Projeto de Lei nº 021/91, oriundo do Poder Executivo Municipal, em violação ao art. 25, §2º, da Lei Orgânica do Município de Ipojuca, que abriu crédito especial em favor da Câmara Municipal de Ipojuca no valor de Cr\$ 10.737.334,00 (dez milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros) para beneficiar as pessoas do Vereador Sr. José Apolônio de Oliveira e do Presidente da Câmara à época, Sr. José Julio do Rego Neto.

Em razão disso, a 1ª Câmara condenou o embargante, juntamente com o Sr. José Apolônio de Oliveira, a devolverem aos cofres municipais o valor de Cr\$ 10.737.334,00 (dez milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros), a razão da metade para cada um, devidamente atualizados conforme os índices legais, a serem calculados em liquidação de sentença, bem como ao pagamento de perdas e danos, no valor de R\$ 14.860,11 (quatorze mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos) cada um, mais custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, e honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, 05% (cinco por cento) para cada, em atendimentos à Lei nº 4.717/65 (Lei de Ação Popular).

Contra essa decisão foi apresentado embargos (fls. 584/593), alegando a parte que houve prescrição do direito de reaver os valores destacados no acórdão embargado, tendo em vista o decurso de mais de vinte anos entre o fato e a condenação. Além disso, sustenta que os valores repassados à Câmara foram recebidos de boa-fé, não podendo ela ser obrigada a devolvê-los.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Pede, portanto, o reconhecimento da omissão no acórdão embargado, sendo retirada da condenação de ressarcimento ao erário dos valores repassados pelo Poder Executivo ao Município de Ipojuca.

É o relatório.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



604
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0022606-6

Embargante: José Júlio do Rego Neto

Embargado: Lindinalva Alves de Lima

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Eis os termos do acórdão embargado:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO POPULAR. IPOJUCA. PROJETO DE LEI APROVADO PARA CRIAR VERBA DE REPRESENTAÇÃO DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA LEGISLATURA ATUAL E ANTERIOR COM OBJETIVO DE BENEFICIAR VEREADORES. VIOLAÇÃO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PROJETO DE LEI APROVADO INFRINGINDO A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. INVALIDADE DO ATO IMPUGNADO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA REJEITADA. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL REJEITADA. APELOS DA CÂMARA MUNICIPAL E DA PREFEITURA DE IPOJUCA PROVIDOS PARA EXCLUIR A CONDENAÇÃO A ELES IMPOSTA NA SENTENÇA. APELOS DOS VEREADORES PROVIDOS PARCIALMENTE APENAS PARA ALTERAR OS VALORES DA CONDENAÇÃO. CONDENAÇÃO DOS VEREADORES BENEFICIADOS À DEVOLUÇÃO DO VALOR INDEVIDAMENTE RECEBIDO, DEVIDAMENTE ATUALIZADO, MAIS PERDAS E DANOS, CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OBSERVÂNCIA DA LEI Nº 4.717/65 (LEI DE AÇÃO POPULAR). DECISÃO UNÂNIME.

1. A preliminar de nulidade da sentença deve ser rejeitada, tendo em vista não estar, o decisum vergastado, inserido em nenhuma das hipóteses dos arts. 458 e 267 do CPC.

2. A preliminar de inépcia da inicial, por não haver, na exordial, requerimento para citação dos réus deve ser igualmente rejeitada, pois consta, na peça atrial, requerimento para citação dos Srs. José Júlio do Rego Neto e José Apolônio de Oliveira, bem como da Prefeitura Municipal de Ipojuca, e, com relação à

Erik



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Câmara Municipal, foi citado seu presidente à época, Sr. José Júlio do Rego Neto, estando a inicial devidamente amparada com os requisitos necessários.

3. O Projeto de Lei nº 021/91 autorizou o Prefeito Municipal a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 10.737.334,00 (dez milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros) em favor da Câmara Municipal, para pagamento de representação de Presidente da Câmara para a legislatura vigente e para a anterior, o que é vedado pela Constituição Federal, art. 29.

4. O Projeto de Lei nº 021/91 foi aprovado em desobediência aos ditames do art. 25, §2º, da Lei Orgânica Municipal de Ipojuca, que dispõe estar impedido de proferir voto no Projeto o Vereador interessado diretamente na sua aprovação, tendo ficado comprovado nos autos que o Vereador José Apolônio de Oliveira, que foi beneficiado diretamente, votou o Projeto em questão, sendo, seu voto, decisivo para a aprovação.

5. A sentença merece reforma no que tange à condenação das partes, pois, além de outras impropriedades, vinculou a condenação ao valor do salário mínimo, devendo ser mantida com relação à invalidade do ato impugnado, aqui consubstanciado no Projeto de Lei nº 021/91, convertido na Lei nº 1007/91, em atendimento à Lei nº 4.717/65 (Lei de Ação Popular).

6. Provimento parcial aos apelos dos Vereadores, para modificar a condenação a eles imposta, para os seguintes termos: (i) devolverem aos cofres municipais o valor de Cr\$ 10.737.334,00 (dez milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros), a razão da metade para cada um, devidamente atualizados conforme os índices legais, calculados em liquidação de sentença; (ii) pagamento de perdas e danos no valor de R\$ 14.860,11 (quatorze mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos) cada um; (iii) pagamento de custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais; e (iv) pagamento de honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, 05% (cinco por cento) para cada vereador.

7. Apelos da Câmara Municipal de Ipojuca e da Prefeitura de Ipojuca providos, para excluir a condenação a eles imposta pelo juízo sentenciante.

8. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

O Sr. José Júlio do Rego Neto sustenta, nestes embargos, a prescrição do direito do erário Municipal de ver ressarcido o valor repassado pelo Poder Executivo ao Município de Ipojuca, uma vez que já transcorrido mais de vinte anos entre o fato e a condenação.

Contudo, razão não lhe assiste.

Primeiro porque a Ação Popular foi instaurada em fevereiro de 1992, e o ato questionado, qual seja, a aprovação do Projeto de Lei nº 021/91, data de 1991, apenas um ano antes da interposição da Ação, não tendo transcorrido o prazo quinquenal legalmente previsto.

Segundo porque a Constituição Federal prevê que a **pretensão de ressarcimento por prejuízo causado ao Erário é imprescritível** – art. 37, §5º, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

O Superior Tribunal de Justiça entende da mesma forma, conforme demonstram os julgados abaixo:

ADMINISTRATIVO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. DANO AO ERÁRIO. RESSARCIMENTO. IMPRESCRITIBILIDADE. MULTA. PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL. ART. 1º DA LEI 9.873/1999. INAPLICABILIDADE. 1. A pretensão de ressarcimento por prejuízo causado ao Erário é imprescritível. Por decorrência lógica, tampouco prescreve a Tomada de Contas Especial no que tange à identificação dos responsáveis por danos causados ao Erário e à determinação do ressarcimento do prejuízo apurado. Precedente do STF. (...)
(grifei) STJ - REsp: 894539 PI 2006/0229288-1, Relator: Ministro HERMAN



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

BENJAMIN, Data de Julgamento: 20/08/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/08/2009).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO PARQUET. SÚMULA 329/STJ. DANO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. (...) 3. *A pretensão de ressarcimento por prejuízo causado ao Erário é imprescritível. Precedentes do STJ e do STF.* 4. *Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (grifei)* STJ - REsp: 945237 SP 2006/0214247-3, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 28/10/2008, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/03/2009).

Merece destaque, ainda, a seguinte decisão do Supremo Tribunal Federal no mesmo sentido:

Decisão: (...) No mérito, aponta-se violação ao art. 37, § 5º, do texto constitucional. Alega-se, em síntese, que é imprescritível a ação que vise ao ressarcimento de dano ao erário. Às fls. 269-271, a Procuradoria-Geral da República opinou pelo provimento do recurso. Decido. Assiste razão ao recorrente. Verifica-se que o entendimento adotado pelo tribunal de origem destoa da interpretação pacificada por esta Corte Suprema, que, no julgamento do MS 26.210, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Plenário, DJe 10.10.2008, decidiu pela imprescritibilidade de ações de ressarcimento de dano ao erário. Eis a ementa do acórdão paradigma: "MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. BOLSISTA DO CNPq. DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE RETORNAR AO PAÍS APÓS TÉRMINO DA CONCESSÃO DE BOLSA PARA ESTUDO NO EXTERIOR. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. INOCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. I – O beneficiário de bolsa de estudos no exterior patrocinada pelo Poder Público, não pode alegar desconhecimento de obrigação constante no contrato por ele subscrito e nas normas do órgão provedor. II – Precedente: MS 24.519, Rel. Min. Eros Grau. III – Incidência, na espécie, do disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal, no tocante à alegada prescrição. IV – Segurança denegada". No mesmo sentido, cito o RE-AgR 578.428, Rel. Min. Ayres Britto, 2ª Turma, DJe 14.11.2011 e o AI-AgR

GMAR



608
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

712.435, Rel. Min. Rosa Weber, 1ª Turma, DJe 12.4.2012, assim ementados:
"AGRAVO REGIMENTO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. § 5º DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO. PRECEDENTES. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 26.210, da relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, decidiu pela imprescritibilidade de ações de ressarcimento de danos ao erário. 2. Agravo regimental desprovido". "CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CONTRATO, SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA SEM LICITAÇÃO. RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CF. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. As ações que visam ao ressarcimento do erário são imprescritíveis (artigo 37, parágrafo 5º, in fine, da CF). Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento". Ante o exposto, dou provimento ao recurso extraordinário (arts. 21, § 1º do RISTF e 557, § 1º-A, do CPC). Publique-se. Brasília, 14 de março de 2013. Ministro Gilmar Mendes Relator Documento assinado digitalmente. (STF - RE: 642821 RO, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 14/03/2013, Data de Publicação: DJe-054 DIVULG 20/03/2013 PUBLIC 21/03/2013)

Argumenta o embargante, ainda, que os valores repassados foram recebidos pela Câmara Municipal de boa-fé, não podendo ela ser obrigada a devolvê-los.

Ocorre que foi dado provimento ao Apelo da Câmara Municipal para excluir a condenação a ela imposta pelo juízo de 1º grau, de modo que não há valor algum a ser por ela restituído.

A obrigação de devolver o valor de Cr\$ 10.737.334,00 (dez milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros) aos cofres Municipais cabe aos Srs. José Júlio do Rego Neto e José Apolônio de Oliveira, que foram diretamente beneficiados pelo repasse realizado, burlando a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e eles, comprovadamente, sabiam da ilegalidade que contaminava a aprovação da Lei, não podendo, portanto, serem beneficiados da própria torpeza.

Dessa forma, vê-se que não merece qualquer reforma a decisão embargada, pois nela não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Sendo assim, voto no sentido de rejeitar os embargos declaratórios interpostos.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator